

# FLORBELA ESPANCA E MARIA DE MENEZES: DUAS MULHERES NA VISÃO DE AGUSTINA

Aparecida de Fátima Bueno

**A** extensa obra de Agustina Bessa-Luís ainda é pouco conhecida e estudada entre nós. Seu único livro editado no Brasil, em 1982 pela Nova Fronteira, *A Sibila*, o foi depois de ter sido lançado há quase trinta anos em Portugal, em 1954 pela Guimarães Editores. Entretanto, essa edição brasileira não conseguiu abrir “caminho aos demais romances da grande escritora”, nem que essa autora passasse a fazer “parte de nosso convívio literário, na linha dos grandes escritores portugueses que a antecederam na nossa preferência eletiva”, como arriscava a pressagiar o escritor Josué Montello, na orelha da edição da Nova Fronteira, supondo que esse seria o destino das outras obras da autora entre o público brasileiro. Por certo, Agustina não é o único caso de um bom escritor português é desconhecido no Brasil. A atual popularidade de José Saramago, ao invés de abrir as portas para os outros grandes escritores portugueses contemporâneos, conseguiu de fato ofuscar os seus conterrâneos. Obviamente, o nosso objetivo não é discutir aqui a receptividade da obra de Agustina, porém não há dúvida que a especificidade do seu estilo de escrever talvez tenha dificultado a sua divulgação e sucesso entre nós. Primeiramente, ela é autora de uma obra que, além de extensa, é múltipla: romances, contos, biografias, biografias romanceadas, relatos de vi-

agem são apenas algumas das variegadas formas que a sua escrita assume. E mesmo dentro de cada um desses “gêneros”, classificá-la não é algo simples, pois a fronteira entre eles é muitas vezes bastante tênue. Além do mais, o seu texto nunca é linear, tanto que a complexidade de seu modo de escrever levou Josué Montello a dizer que

Convém advertir que Agustina Bessa-Luís reclama uma adaptação natural ao seu modo de contar. Seu estilo é uma claridade forte, que pede a adaptação da pupila, ao primeiro contacto. Ajustado o olhar à intensidade da fulguração verbal, o mundo romanesco se rasga diante do aplauso - com seu interesse crescente. (Montello, 1982, orelha da capa)

O objetivo deste trabalho é o de comparar duas obras de Agustina Bessa-Luís, *Florbela Espanca* (1979) e *A Monja de Lisboa* (1985), buscando, seja essa *adaptação da pupila*, que Montello prescreve, seja discutir as dificuldades em discernir os meandros entre *res fictae* e *res factae* quando se trata de analisar os seus livros<sup>1</sup>.

Primeiramente, precisamos deixar claro que os dois livros que pretendemos trabalhar aqui têm propostas distintas quanto à sua confecção. Enquanto o livro sobre Florbela é assumidamente uma biografia, escrita para a coleção “Vida e Obra”, da editora Arcádia, o livro sobre a monja parece ter um projeto diferente: já no prólogo, a autora declara estar *voltando à ficção*, pois considera que a “História é uma tradução deficiente” e “porque um resto de mistério é necessário às opiniões” (Bessa-Luís, 1985, p.8). Se, como afirma nesse instante, está projetando escrever uma obra de caráter nitidamente ficcional, por outro lado, agradece à Fundação Calouste Gulbenkian por ter financiado “as viagens e buscas documentais que este livro exigia”, ou seja, reconhece que fez uma extensa pesquisa - que pode ser confirmada pela “Bibliografia e obras consultadas” (Cf. Bessa-Luís, 1985, p.299-303), arroladas no final da obra - e afirma, ao mesmo tempo, que esta extensa pesquisa era necessária e fundamental para a realização da obra em questão.

Porém, se formos dar crédito ao que diz no prólogo, quanto a essa sua volta à ficção, basta iniciarmos a leitura do primeiro capítulo, “A casa da Anun-

ciada”, para percebermos que não se trata de um romance. Nos três primeiros parágrafos, Agustina desata a falar da relação entre *historiadores* e *escritores*, discussão que havia iniciado no prólogo, quando afirmara que “o historiador situa-se entre os povos caçadores; o escritor, entre os povos pastoris” (Bessa-Luís, 1985, p.8), e assume um discurso em primeira pessoa onde fala novamente “que este assunto da monja de Lisboa me levou a percorrer arquivos e juntar papéis” (Bessa-Luís, 1985, p.9).

Se estas considerações sobre a sua preocupação com o documento poderiam tornar problemática a classificação deste livro como ficcional, a menos que o considerássemos como um romance histórico, hipótese que segundo nos parece não procede<sup>2</sup>, por outro lado, e em seguida, Agustina admite que terá momentos em que se afastará do “facto histórico”, recorrendo, portanto, como obviamente podemos deduzir, e ela própria deixa claro, ao largo uso da imaginação:

No entanto, advirto que sou curiosa; portanto, se a curiosidade é a mão direita da dúvida, a esquerda é o prazer da discrepância. Quem não contradiz não conhece os atalhos que levem à verdade, mais depressa, ainda que com mais perigos, do que os lisos caminhos principais. Noutros momentos serei tão cingida ao facto histórico, como unha e carne. Porque sem provas não há disciplina e perde-se a liberdade pública. (Bessa-Luís, 1985, p.9-10).

Pelo que diz acima, a autora admite que oscilará entre os dois pólos do discurso, o histórico e o ficcional, ao escrever o livro sobre a monja de Lisboa. Curiosamente, inicia o quarto parágrafo deste primeiro capítulo, quando finalmente começa a história que vai narrar, dizendo: “Pelo que sei, e não é muito, a casa da Anunciada era de forte peso e fortuna” (Bessa-Luís, 1985, p.10). Se as suas palavras não têm função retórica, ou seja, se não são apenas um jogo de modéstia, podemos pensar que ela então está certa de que as suas pesquisas não foram suficientes para escrever sobre a monja, pois o material existente sobre esse assunto não bastaria para se reconstruir o passado; portanto, estaria admitindo a necessidade de recorrer à imaginação, à ficção,

para recontar esse episódio ocorrido no período traumático da anexação de Portugal à Espanha de Filipe II.

A respeito da imaginação na obra de Agustina e do jogo que esta autora faz no seu uso, Silvina Rodrigues Lopes em *Agustina Bessa-Luís. As hipóteses do romance* (1992) afirma que

Do que anteriormente se disse sobre a relação entre o trabalho artístico e a História, é possível concluir que o jogo da imaginação é um factor necessário ao seu cumprimento. De facto, por muitas fontes que se consultem (no prólogo de *A Monja de Lisboa* diz-se isso claramente), só a faculdade a que chamamos imaginação consegue atingir o silêncio que se faz ouvir entre as ruínas do passado. (Lopes, 1992, p.46)

Se a imaginação é uma das formas para recompormos o passado, Silvina Rodrigues Lopes, aponta que ela é mais do que isto: “A imaginação significa antes de mais a aceitação do impossível: do que é impossível para um sujeito; do conhecimento impossível.” (Lopes, 1992, p.46). Parece-nos que é a aceitação deste *conhecimento impossível*, e de sua busca, que faz com que Agustina oscile entre o discurso histórico e o ficcional, ao recontar a história da monja de Lisboa. Talvez isto nos ajude a entender a sua cautela ao admitir que em relação a alguns personagens pouca informação existe nos documentos consultados, utilizando uma série de recursos lingüísticos para atenuar as suas colocações. Ao falar sobre Margarida de São Paulo diz, por exemplo:

Sobre Margarida de Noronha (...) vamos ocupar-nos detalhadamente. *Vício de ficcionista, porque não há pistas nem documentos que nos aproximem dessa insigne senhora.* Na linha da corte da infanta D. Maria (...), Margarida *seria* ilustrada, metida pela teologia especulativa em relação mental com as honras que queria, se não reconstruir, pelo menos considerar. *Deve ter tomado* a decisão de professar em conjunto com sua irmã D. Catarina, porque ambas *entraram* no convento pela mesma data, 1573 *aproximadamente*. (Bessa-Luís, 1985, p.18-9, os itálicos são nossos.)

Por este pequeno trecho já podemos analisar alguns aspectos fundamentais do processo de construção narrativa de Agustina. Primeiramente, mais

uma vez ela destaca a escassez documental, dizendo não haver *pistas* sobre Margarida de Noronha. Assume, então, uma postura cautelosa, não faz afirmações categóricas, e diz que Margarida *seria ilustrada*, e que *deve ter tomado a decisão de professar aproximadamente em 1573*.

Por sua vez, dirá um pouco mais adiante que Margarida “desempenhará um papel relevante no caso extraordinário da ‘freira de Lisboa’” (Bessa-Luís, 1985, p.23). Se nada sabe desta “insigne senhora”, como já dissera antes, com que fundamento faz esta afirmação? Ou então diz, justificando a hipótese levantada acima sobre a data em que as duas últimas irmãs Linhares professaram, que foi a morte de D. Francisco de Noronha, o segundo conde de Linhares e patriarca da família Noronha, a responsável pela entrada de Margarida e Catarina para o convento da Anunciada (Bessa-Luís, 1985, p.23). Esta afirmação categórica se enfraquece quando, poucas páginas adiante, muda a forma de seu discurso e, falando novamente nesta questão, diz que essas duas irmãs, como *é de supor* (esse é o verbo usado por Agustina), entraram para o convento após a morte do 2º conde de Linhares (Cf. Bessa-Luís, p.27). Ou seja, o que num primeiro momento é dito com convicção, logo depois é atenuado através de uma suposição. O que contribui para uma complexidade da leitura, pois, de fato, é muito difícil ao leitor discernir quando a autora se apóia em documentos históricos ou na sua imaginação nas conjecturas que tece sobre os fatos narrados.

Em outros momentos, continuando esse seu *jogo* entre tudo saber ou apenas intuir ou deduzir a partir de suas pesquisas às fontes, mesmo anteriormente tendo reconhecido não ter muitas pistas, afirma que as Linhares “*eram cultas e participavam do cepticismo dos reformistas, que tinham em pouca conta a identificação da bruxaria com o culto do diabo*” (Bessa-Luís, 1985, p.27-8, *itálico nosso*). Ou então diz que Margarida “*era uma lutadora; e, possivelmente, uma mulher de letras que representava no corpo social conventual um dinamismo ascendente*” (Bessa-Luís, 1985, p.28, os *itálicos são nossos*). Como vemos, na citação acima, em tão curto espaço, Agustina oscila entre fazer uma afirmação (*era* uma lutadora) e uma suposição (*possivelmente*) a respeito da que considera a mais importante das Linhares.

Sobre o levantamento de hipóteses na obra de Agustina, Silvina Rodrigues Lopes afirma que este procedimento, por parte da autora, está relacionado com uma característica central de sua obra, que é o caráter inconclusivo de seus romances:

Aliás, o mecanismo de construção de hipóteses como modo de suspensão do sentido torna-se muito nítido quer em *Adivinhas de Pedro e Inês*, quer nas biografias romanescas, *Fanny Owen*, *Um Bicho da Terra*, *A Monja de Lisboa* (ou até mesmo nas biografias, como é evidente em *Florbela Espanca*).

Os finais inconclusivos dos romances de Agustina Bessa-Luís não são porém puramente inconclusivos, eles são uma espécie de conclusão da impossibilidade de concluir, que vai se reafirmando de romance em romance, como se fosse essa a “moral da história” do escritor, da sua história de escrever romances. (Lopes, 1992, p.17)

As palavras de Silvina Rodrigues Lopes talvez nos ajudem a compreender melhor o procedimento narrativo de Agustina, a sua “*moral da história*”. Podemos pensar que em relação a *A Monja de Lisboa*, a sua oscilação entre afirmar e supor a respeito dos fatos e personagens históricos que compõem esta sua obra aponta, tanto para a “impossibilidade de concluir”, como para a impossibilidade de se resgatar as “ruínas do passado”. E o procedimento narrativo que adota neste caso, que não se define entre o documental e o ficcional, contribui, por certo, para as dificuldades de classificação deste livro, como estamos procurando apontar. Por sua vez, também em relação à biografia sobre Florbela Espanca encontramos algumas “dificuldades”. Nesta obra, Agustina assumirá posturas que são consideradas problemáticas para um biógrafo, como aponta Filizola:

Eugénio Lisboa acertadamente critica o excesso de liberdade com que Agustina Bessa-Luís constrói a biografia de Florbela Espanca, fora de qualquer parâmetro daquilo que seria de se esperar de uma biografia literária: estabelecer pontos de apoio para o entendimento da obra a partir de determinados episódios vivenciados pelo escritor.  
(...)

*Florbela Espanca e Maria de Menezes... Aparecida de Fátima Bueno - Págs. 45-56*

O texto [de Eugénio Lisboa] aponta além da liberdade criadora de Agustina Bessa-Luís (e por causa dela) a abordagem “impressionista, anárquica, escorregadia”, a cronologia desrespeitada, a ausência de referências às fontes consultadas, enfim, os elementos que dariam um mínimo de credibilidade/veracidade ao texto para que este servisse aos seus propósitos didáticos-pedagógicos de obra de referência. (Filizola, 1995, p.62)<sup>3</sup>

Neste caso Agustina não poderia alegar a dificuldade em recuperar dados e informações perdidos pela distância temporal, já que biógrafa e biografada são quase contemporâneas. Se no caso da monja a distância temporal torna mais difícil resgatar o passado, no caso de Florbela a proximidade temporal contribuiria, a princípio, para facilitar um maior entendimento ou reconstrução da vida de Bela. De qualquer forma, podemos pensar que tanto em *Florbela Espanca* como em *A Monja de Lisboa*, a autora deparar-se-á com dificuldades que são inerentes, de certa maneira, à escolha das protagonistas desses livros: afinal, ambas, Florbela e Maria de Menezes, são personagens “históricas” que foram guardadas e “documentadas” no imaginário português, ficando, portanto, reduzida a sua liberdade de ficcionista.

Além disso, mesmo optando, na execução dessas duas obras, por seguir orientações que, a princípio, parecem distintas, Agustina, no entanto, lidará com problemas comuns às duas mulheres que irá retratar, que é o de desvendar os meandros dessas almas, que nos ajudem a entender os mistérios de muitos de seus atos. No caso de Florbela, a relação complexa com as figuras masculinas, seja do pai, do irmão ou dos três maridos, seja entender as crises depressivas que a levaram ao suicídio. Quanto à monja, o problema todo está centrado na existência ou não das chagas, que ora Agustina crê terem existido, ora levanta a possibilidade de um embuste. O que precisamos ressaltar é que em ambos os casos é impossível reconstruir a verdade ou o que realmente ocorreu, já que tanto em relação à morte de Florbela, como no caso das chagas de Maria de Menezes, não é possível percorrer apenas “os lisos caminhos principais”, se quisermos conhecer minimamente os “atalhos que levem à verdade”, ao menos à “verdade” que Agustina procurou reconstruir em suas obras<sup>4</sup>.

Parece-nos que Agustina adota pelo menos duas posturas, em maior ou menor grau, comuns aos “narradores” desses dois livros: de um lado o papel de investigador/detetive, e de outro a atitude de tentar/buscar analisar psicanaliticamente as personagens que procura desvendar. Certamente é em relação à história da monja que a atitude “detetivesca” do narrador mais claramente se delineará. Quando analisa o processo da Inquisição, a que teve acesso durante suas pesquisas, diz:

O processo é a chave de todo esse castelo de muitas portas, verdadeiras ou simuladas, que constituiu o caso da freira de Lisboa. Provavelmente foi consultado, mas não lido com vontade crítica ou polémica, necessária nestas coisas de esclarecer a verdade, no tempo e na qualidade. (Bessa-Luís, 1985, p.237)

Se considera que não houve “vontade crítica ou polémica” suficientes para que o caso na época fosse esclarecido, e a verdade viesse à tona, Agustina parece então estar assumindo o papel de investigar toda a documentação existente para, tal qual um detetive, tentar reconstituir *amise-en-scène*, os bastidores do caso das chagas de Maria da Visitação. Pretende também levantar hipóteses que nos ajudem a entender o que realmente ocorreu na Anunciada. Por sua vez, ao fazer a afirmação acima, Agustina parece estar afirmando que a sua intenção principal é a de escrever um texto documental, cujo objetivo é “de esclarecer a verdade”, negando, portanto, as suas palavras iniciais quando afirmou estar “voltando à ficção”.

Em função dessa opção narrativa, que oscila o tempo todo entre o *res factae* e o *res factae*, Agustina preocupar-se-á em *reconstruir* não apenas o espaço físico por onde circularam os principais personagens envolvidos nessa história, afinal, como diz: “Não é demais cuidar estas coisas, porque da amenidade dos lugares se faz a alma e o corpo com que o mundo se acha precavido ou atormentado” (Bessa-Luís, 1985, p.15), como também procurará, para melhor falar de seus personagens, em especial daqueles a respeito dos quais o material pesquisado não fornece muita informação, “saber alguma coisa do seu século e dos símbolos que o moveram” (Bessa-Luís, 1985, p.21).



Assim, realiza não apenas a extensa pesquisa documental, a que já nos referimos, como também procura compensar a falta de informação se imbuindo da mentalidade dos grandes místicos e pensadores que marcaram o espírito do século XVI.

Porém, se por um lado procura entrar no espírito do século XVI para escrever a sua história e dar verossimilhança aos seus personagens, será, no entanto, com o espírito de nosso século que os analisará. Assim, por exemplo, num dos momentos em que reflete sobre o comportamento de sor Maria, diz:

De tudo o que se colige ressalta a natureza de sor Maria, a evolução de uma psicose narcísica para uma adaptação à realidade que fez despertar qualidades raras de inteligência, atenção e sabedoria quanto a normas morais e estéticas. (Bessa-Luís, 1985, p.278)

Ou então, diz que Maria da Visitação era “mulher débil, muitas vezes sucumbida pela doença, com repugnâncias alimentares que traduzem seu estado neurótico” (Bessa-Luís, 1985, p.174). Ou seja, faz uso de um instrumental fornecido pela ciência da psicanálise para analisar a protagonista de sua história.

Em relação à biografia sobre Florbela, é justamente a interpretação de cunho psicanalítico (Cf. Filizola, 1995, p.72) que sobressai:

[Florbela] É uma natureza nervosa, excitável, mas não agitada. Há nela a frieza própria dum ordem de conteúdo psíquico. É uma mulher introvertida (...).

Porém, no plano das sensações, Florbela é uma extravertida. O seu ideal é a realidade. (...) A fixação ao objectivo é violenta, e, tratando-se dum objecto sexual, toda uma teia de efabulações ciumentas e angustiadas pode desenvolver-se até à neurose. (Bessa-Luís, 1979, p.17)

Como vemos, parece ser comum aos narradores dessas duas obras a característica de procurar, através da psicanálise, entender ou justificar os comportamentos das protagonistas de seus livros. Tanto Florbela como Maria de Menezes são descritas como pessoas neuróticas, cujas constituições narcísicas é necessário analisar.

No entanto, se na biografia Agustina centra sua análise na figura da poetisa, no livro sobre a monja de Lisboa estarão sob o seu olhar analítico não apenas Maria de Menezes como também a maioria dos personagens que direta ou indiretamente estiveram envolvidos no processo inquisitorial. Não escapam ao “divã” de Agustina, Filipe II, frei Luís de Granada, frei Alonso de la Fuente, Jerónimo Gracián, Teresa de Jesus, as Linhares, principalmente Margarida de Noronha, citando apenas os principais nomes entre os outros personagens que também são analisados por ela.

Pelo que vimos até aqui, há algumas proximidades evidentes entre os narradores dessas duas obras que, a princípio, têm concepções divergentes quanto à sua estrutura. Nos dois livros, sobretudo em *A Monja de Lisboa*, ressalta a presença de um narrador que, como um detetive, procura reconstruir os elementos externos que causaram os fatos que estão, em certa medida, sendo interpretados. Por outro lado, temos também, caracterizando esses narradores, o perfil do psicólogo que quer explicar os motivos internos geradores dos atos e episódios analisados. Após a leitura desses dois livros de Agustina, fica-se com a impressão de que nem a documentação nem a imaginação dão conta de nos levar aos “atalhos que nos conduzam à verdade”. Podemos pensar que, de fato, o que essa autora pretende em sua obra, ao oscilar entre os dois tipos de discurso, o histórico e o ficcional, e mostrar a incompletude de ambos, é desmascarar a nossa ilusão e ingenuidade em acreditar que é possível, seja no plano da ficção, seja no plano do documento, a apreensão do real. Ao ajustarmos a nossa pupila para lermos a obra de Bessa-Luís, caso optemos por um livro de caráter ficcional ou por um de caráter não-ficcional, precisamos neste ajuste estar atentos a concepção peculiar que a autora tem da escrita. A força da palavra para ela concentra-se justamente na consciência de sua não autoridade absoluta: é sob o signo da discrepância, sob o signo da polêmica que devemos ajustar as nossas lentes e aceitarmos o desafio de ler Agustina Bessa-Luís.

## RESUMO

Neste trabalho, discutimos a estrutura narrativa de *A Monja de Lisboa*, de Agustina Bessa-Luís, e a confrontamos com a biografia que essa autora portuguesa escreveu sobre a vida de Florbela Espanca. O nosso objetivo é o de mostrar que, apesar dos projetos narrativos distintos destas duas obras, podemos verificar a presença de vários procedimentos similares.

## ABSTRACT

*This paper intends to analyse the relations between two books of Agustina Bessa-Luís books - a narrative, A Monja de Lisboa, and a biography, Florbela Espanca-, showing that, in spite of the different narrative projects, there are some similarities between those books.*

## NOTAS

- <sup>1</sup> Tomamos aqui emprestado o conceito de Jauss, que afirma que “a divisão clássica entre *res fictae*, como reino da poesia, e *res factae*, como objeto da História, foi ultrapassada” (Lima, 1984, p.193). De fato, o que podemos observar é que tanto a Literatura como a História contemporâneas têm buscado suprir, uma na outra, a incompletude que reconhecem nas suas respectivas áreas de conhecimento. Quanto à obra de Agustina, o que nos interessa é verificar de que maneira ela trabalha com esses dois registros e qual o seu objetivo ao emaranhá-los.
- <sup>2</sup> Para considerarmos esta hipótese teríamos que analisar este livro como um romance, o que é bastante complicado pois ele não se encaixa no modelo mínimo que atribuímos a esse gênero, se formos levar em conta a estrutura de enredo, construção de personagem, etc.
- <sup>3</sup> É interessante contrapor aqui a falta de referências às fontes, na obra assumidamente biográfica, *Florbela Espanca*, com as indicações presentes no livro em que Agustina faz questão de ressaltar a sua “volta à ficção”: *A monja de lisboa*.
- <sup>4</sup> Como exemplo dessa “verdade” construída por Agustina em relação às chagas ela afirma quase o tempo todo que estas existiram, e é partindo deste pressuposto que analisa os acontecimentos: “Maria da Visitação não mentia, as chagas eram duma autenticidade indiscutível” (Bessa-Luís, 1985, p.202). Ou então, se admite que as chagas desapareceram, não considera que isso seja fruto de um embuste, pois Maria de

Menezes foi acusada de tê-las pintado, e explica o desaparecimento da seguinte maneira: “Nunca pintou as chagas; simplesmente elas pertenciam a um estado de miséria fantasmática, e, corrigido esse estado, as chagas tornaram-se inúteis” (Bessa-Luís, 1985, p.287). Em relação a Florbela, a grande questão é a de como entender a sua morte prematura às vésperas de completar 36 anos. Quanto a essa questão, Agustina diz: “Não creio que, em consciência, Bela se suicidasse, exceptuando um descontrolo de todas as suas inibições” (Bessa-Luís, 1979, p.147). E, logo a seguir, acrescenta a sua hipótese sobre a morte da poetisa: “Parece mais lógico para o comum das pessoas que Florbela se tivesse suicidado (...). Mas a morte como opção passiva não foi suspeitada. E, como tal, é a única possível” (Bessa-Luís, 1979, p.150). Assim, defende a idéia de que uma “inércia” para viver é que determinou a morte de Bela (Cf. Bessa-Luís, 1979, p.151 e p.157). Ou ainda questiona se o marido não foi conivente com o suicídio, pois Florbela, apesar do reconhecido estado depressivo, tinha barbitúricos ao seu alcance (Cf. Bessa-Luís, 1979, p.168).

## BIBLIOGRAFIA

- BESSA-LUÍS, Agustina. *A Monja de Lisboa*. Lisboa: Guimarães Editores, 1985.
- BESSA-LUÍS, Agustina. *Florbela Espanca*. Lisboa: Editora Arcádia, 1979.
- FILIZOLA, Ana Maria. Notas de Leitura: *Florbela Espanca*, de Agustina Bessa-Luís. Ou: para amar Florbela. *Boletim do Centro de Estudos Portugueses “Jorge de Sena”*, Araraquara, n. 7, p. 61-79, jan.-jun. 1995.
- JAUSS, Hans Robert. Apud LIMA, Luís Costa. *O Controle do Imaginário: Razão e Imaginação no Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LOPES, Silvina Rodrigues. *Agustina Bessa-Luís. As Hipóteses do Romance*. Rio Tinto: Edições Asa, 1992.
- MONTELLO, Josué. Um grande romance universal. In: BESSA-LUÍS, Agustina. *A Sibila*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.